



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**LILIANE DA ROCHA ALVES TAVARES**

**GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO -  
PARAÍBA.**

**SUMÉ - PB  
2019**

**LILIANE DA ROCHA ALVES TAVARES**

**GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO -  
PARAÍBA.**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.**

**SUMÉ - PB  
2019**

T231g Tavares, Liliane da Rocha Alves.  
Governança democrática como estratégia de desenvolvimento local no Município de Monteiro - Paraíba. / Liliane da Rocha Alves Tavares. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

30 f.

Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Governança democrática. 2. Governança pública. 3. Desenvolvimento local. 4. Gestão pública participativa. 5. Participação social – governo. I. Nascimento, Alex Bruno Ferreira Marques do. II. Título.

CDU: 35(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

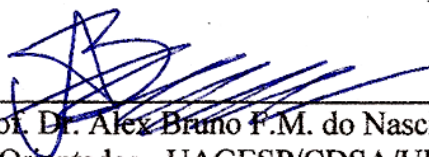
Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**LILIANE DA ROCHA ALVES TAVARES**

**GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO -  
PARAÍBA.**


Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA:**




---

Prof. Dr. Alex Bruno F.M. do Nascimento  
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Prof. Dr. Luiz Antonio Coelho da Silva  
Examinador 01 - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Prof. Me. Williams Martinho Soares de Sousa  
Examinador 02 - PGPCI/UFPB

Trabalho aprovado em: 11 de dezembro de 2019.

**SUMÉ - PB**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e de outros tantos, os quais se fizeram presentes em minha vida acadêmica. Amigos, mestres, colegas; pessoas com as quais muito aprendi e compartilhei experiências ao longo dessa jornada.

Em primeiro lugar, a Deus, que me manteve forte, possibilitando seguir em frente mesmo quando as dificuldades pareciam ser gigantes. A ele, por ser essa luz que ilumina meus dias e proporciona incontestável força que me faz seguir em frente e querer sempre mais e, sobretudo por, na grande maioria das vezes, tornar possível a realização de sonhos que pareciam tão difíceis.

À minha mãe, uma mulher forte, de garra e de muita luta, da qual tenho profundo orgulho, por não medir esforços na busca de seus objetivos. Um exemplo de determinação.

À minha avó materna, por ser um exemplo de força feminina, de qualidades imensuráveis, além de ser uma fonte de inspiração e orgulho todos os dias da minha vida.

Agradecer também aos meus professores, com quem tive a honra de partilhar os momentos acadêmicos, profissionais dedicados e competentes, e em especial ao meu orientador Professor Alex Bruno, por toda confiança depositada e atenção para comigo nesse momento, por me orientar e compartilhar conhecimentos.

## RESUMO

A ênfase no campo da governança pública alcançou notoriedade por ser um modelo de gestão que objetiva a eficiência, eficácia e responsabilidade dos sistemas políticos. Usando um dos eixos da governança pública, a governança democrática e a participação popular, o objetivo geral do presente estudo, busca compreender a participação social, enquanto prática de governança pública e suas relações com o desenvolvimento local no município de Monteiro-PB; e como objetivos específicos: identificar as ações de governança pública no locus investigado, especificamente aquelas que envolvem a participação social; Descrever os resultados empíricos inerentes às práticas de governança pública; Relacionar esses resultados com os postulados do desenvolvimento local. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder a seguinte indagação: De que forma a participação social como um dos eixos da governança promove melhorias para o desenvolvimento local. Neste artigo, expomos e analisamos a experiência de desenvolvimento local no município de Monteiro, Paraíba, Brasil, buscamos práticas e programas que possibilitem expor de forma contextualizada e empírica os resultados e sua relação com o desenvolvimento local. Dessa forma, foi realizado um estudo do programa de participação social: dialogando com o povo. Pretende-se compreender e analisar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, ponderar e mensurar a realidade social. Conclui-se, portanto que qualquer ação que tenha como foco a participação social nos processos decisórios, contribui de forma significativa para o desenvolvimento local, tendo como base o capital social.

**Palavras-Chave:** Governança Pública. Governança Democrática. Desenvolvimento Local. Participação Social.

## ABSTRACT

The emphasis in the field of public governance has achieved notoriety for being a management model that aims at the efficiency, effectiveness and responsibility of political systems. Using one of the axes of public governance, democratic governance and popular participation, the general objective of this study, seeks to understand social participation, as a practice of public governance and its relations with local development in the municipality of Monteiro-PB; and as specific objectives: to identify the public governance actions in the investigated locus, specifically those that involve social participation; Describe the empirical results inherent to public governance practices; Relate these results to the postulates of local development. In this sense, this research seeks to answer the following question: How social participation as one of the axes of governance promotes improvements for local development. In this article, we expose and analyze the experience of local development in the municipality of Monteiro, Paraíba, Brazil, looking for practices and programs that make it possible to expose the results and their relationship with local development in a contextual and empirical way. Thus, a study of the social participation program was carried out: dialoguing with the people. It is intended to understand and analyze local development and, at the same time, to ponder and measure social reality. It is concluded, therefore, that any action that focuses on social participation in decision-making processes, contributes significantly to local development, based on social capital.

**Keywords:** Public governance. Democratic governance. Local Development. Social Participation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 GOVERNANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>8</b>
2.1. GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	11
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	13
<b>3 GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>5 A CIDADE ESTUDADA E O PROGRAMA DIALOGANDO COM O POVO..</b>	<b>17</b>
5.1 O PROGRAMA DIALOGANDO COM O POVO .....	18
<b>6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>19</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos iniciais sobre governança apareceram na década de 30 sobre as obras de Berle e Means (1932), a princípio debatendo a função do Estado como regulador das organizações privadas (SILVA; SILVA, 2019). Mais tarde, o campo da governança corporativa ganharia notoriedade com os diversos escândalos de corrupção, crises financeiras e reformas administrativas. Contudo, e em meio a tanta evolução, os Estados perceberam que havia a necessidade de aprimorar também a forma de governar ou gerir os sistemas. Diante de tantas reformas administrativas, foi necessário ampliar o campo de governabilidade, adotando medidas que cada vez mais se aproximassem na prestação de serviços públicos de qualidade. A gestão pública surgiu nesse sentido, com o modelo burocrático sendo substituído pelo gerencial, que depois também acabou apresentando várias falhas. Com isso, surge o conceito de Nova Gestão Pública que originalmente vem de New Public Management (NPM) (HOOD, 1995). Que defende a ideia de trazer aspectos da administração privada, para a administração pública através da eficiência das ações. No entanto, se faz necessário entender a complexidade do gerenciamento político, social e econômico de nações (GONÇALVES, 2016; NEVES, 2016).

Em contrapartida, Goncalves, Pisa e Augustinho (2016) ressaltam que mesmo essa nova perspectiva sendo uma formulação inovadora, não conseguiu se manter e acabou gerando insatisfações, nesse caso mostrou-se crucial criar um novo modelo de gestão; a governança pública. Apesar da existência de vários pesquisadores apontando diferentes definições, esses autores acreditam que existem muitos mais questionamentos a respeito desse novo modelo. Na crescente trajetória da pesquisa acadêmica, científica e política, destaca-se o modo como as nações conduzem seus organismos, nessa perspectiva, a governança surge como um tema central para o desenvolvimento econômico e social. (WORLD BANK, 2008; OCDE, 2005; UNDP, 2004).

A disposição contemporânea é que o desenvolvimento aconteça de forma integrada. Dessa forma a percepção da união entre municípios e estados ganha espaço na administração pública brasileira, bem como os vários modelos de governança criados, como resultados das mudanças econômicas, sociais e políticas levantadas a partir da globalização.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, determina alguns problemas referentes a governança pública: a relação do Estado com o setor privado e a sociedade civil carece de institucionalidade; existe deficiência de mecanismos de organização

e participação da sociedade civil nas políticas públicas; e há acesso limitado a informações públicas (MATIAS-PEREIRA, 2010).

As várias mudanças na forma de gestão, foram inspiradas no modelo americano New Public Management (NPM) (HOOD, 1995) No Brasil, chamado de Nova Gestão Pública, é possível observar que esse modelo apresentou mudanças significativas para a Administração Pública Brasileira, entretanto veio também grandes desafios. Diante desses desafios, o estudo busca tornar claro o entendimento acerca da Governança Pública, neste sentido foi realizado um estudo na área da administração pública, com foco no campo da governança democrática. Este estudo se insere na conjuntura da administração pública e mostra pertinência em razão da necessidade de compreensão de elementos que fazem parte da governança democrática, uma ferramenta fundamental no aprimoramento da gestão pública, além disso, por se tratar de um estudo inédito, tem a incumbência de contribuir no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Dentre as várias definições do termo governança, Rejane Sartori define como:

Apesar de seu caráter aberto e abrangente, governança é um conceito significativo e prático relacionado com muitos aspectos básicos do funcionamento de qualquer sociedade e sistema social e político, podendo ser entendida como uma medida base da estabilidade e desempenho de uma sociedade (SARTORI, p. 38, 2011).

O conceito de governança pública está inteiramente ligado ao melhoramento das práticas governamentais e da aplicação de políticas públicas, voltadas para o interesse social. Esse preceito age para fornecer confiabilidade nas instituições públicas, ou seja, garantir o bom funcionamento desses órgãos e manter o cidadão satisfeito com suas ações, passando credibilidade e assegurando sua legitimação (Casa Civil da Presidência da República, 2018). A governança é um elemento chave quando o assunto é desenvolvimento local, por promover mecanismos, como o capital social e o desenvolvimento socioeconômico.

Desenvolvimento Local é um processo pela qual sua mudança deve acontecer de dentro para fora, em uma pequena sociedade ou área e gerar fontes de renda, assim como também melhorar a qualidade de vida, gerando oportunidades, aumentando sua economia, visando a inclusão social e o uso consciente de recursos naturais. Esse processo deve levar em conta programas que objetiva a participação coletiva, ou seja, a participação da sociedade. O desenvolvimento local só será efetivo mediante a atuação de um ambiente político e social da comunidade ocasionando transformação da realidade (BUARQUE, 1999).

Usando um dos eixos da governança pública, a governança democrática e a participação popular, este estudo tem como objetivo geral compreender a participação social, enquanto prática de governança pública e suas relações com o desenvolvimento local no município de Monteiro-PB, além de identificar as ações de governança pública no *locus* investigado,

especificamente aquelas que envolve a participação social; Descrever os resultados empíricos inerentes às práticas de governança pública; Relacionar esses resultados com os postulados do desenvolvimento local. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder a seguinte indagação: **De que forma a participação social, como um dos eixos da governança, promove melhorias para o desenvolvimento local na cidade de Monteiro-PB?**

Neste artigo, expomos e analisamos a experiência de desenvolvimento local no município de Monteiro, Paraíba, Brasil. Buscamos nesse estudo de caso, práticas e programas que nos possibilite expor de forma contextualizada e empírica os resultados e sua relação com o desenvolvimento local. Dessa forma, foi realizada um estudo do programa de participação social: dialogando com o povo. Esse programa foi criado para dar voz a população, ele visa a solução dos problemas das comunidades, que por sua vez, são apontadas pelos próprios moradores. Por ser um mecanismo que fortalece a democracia e contribui para o desenvolvimento local, é fundamental analisar e estudar ações como essas, permitindo compreender e analisar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, ponderar e mensurar a realidade social.

## **2 GOVERNANÇA PÚBLICA**

Os princípios da governança pública estão alicerçados em estudos feitos pelos campos das ciências política e econômica. A governança estruturada nos preceitos econômicos tem como ponto central as modalidades dos sistemas de negócios. No campo da ciência política a governança está ligada à uma transformação na gestão política. Com a lógica da interação entre as relações de poder do Estado, governo e sociedade, principalmente voltadas para as parcerias entre Governo, setor privado e terceiro setor (MATIAS-PEREIRA, 2010).

No geral, a governança pode ser entendida como um conjunto de ações capazes de gerir um governo, aplicando políticas públicas de qualidade, que busquem satisfazer a necessidade da coletividade e promover accountability.

Oliveira, Pisa e Augustinho (2016, p.142) definem governança como “a governança pública remete a um enfoque pluralista, constituindo um novo modelo político, por consenso e cooperação”.

Ainda nesse ponto, os autores reafirmam as definições vistas anteriormente, que a governança procura estabelecer relações entre o público e privado visando solucionar problemas sociais. O alcance dessas demandas sociais vai depender do nível de cooperação

entre os agentes internos e externos e também do uso de normas coerentes, consistentes e que sejam aceitas pela sociedade.

A palavra governança tem origem grega e significa direção. Partindo desse pressuposto a governança tem como objetivo dirigir a economia e a sociedade visando fins coletivos. Esse processo envolve traçar metas e procurar resolvê-las, mas apesar desses conceitos serem claros, a tarefa de obter governança não é tão simples (PETERS, 2013).

Peters (2013), descreve que para obter êxito a governança, que funciona com um mecanismo, precisa executar quatro funções básicas:

[...] a identificação dessas funções nos permite compreender onde poderão surgir falhas na governança e então considerar também os mecanismos para aperfeiçoar a qualidade do desempenho do setor público, assim como de seus parceiros no processo de governança. As quatro funções fundamentais que apresentamos para a governança são: (1) estabelecimento de metas, (2) coordenação das metas, (3) implementação, (4) avaliação e reações e comentários (PETERS, p.29, 2013).

Este arcabouço teórico nos permite compreender as inúmeras conceituações atribuídas a governança pública, apesar de serem múltiplos os significados podemos observar alguns critérios presentes em todos, são eles: (1.1.) A existência de estruturas, (1.2.) mecanismos e processos para a prática da gestão pública; (1.3.) A forma pela qual o exercício da gestão pública é cumprido, incluindo valores, políticas, poder, controle, comportamento e liderança; (1.4.) A capacidade das organizações para o fornecimento de bens e serviços públicos aos cidadãos; (1.5.) Interação de uma multiplicidade de atores que se influenciam reciprocamente; e Princípios de governança, que compreendem a participação da sociedade nas decisões, transparência, responsabilidade na gestão dos recursos, prestação de contas, eficácia e legalidade (SARTORI. 2011).

**Quadro 1** - Definições de governança com base na literatura. Adaptado de Sartori, 2011.

Autores	Definições de governança pública
Secchi (2009)	Modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas. A ênfase está na coordenação entre atores públicos e privados e na capacidade de coordenação horizontal entre organizações públicas, organizações do terceiro setor, cidadãos, redes de políticas públicas e organizações privadas, na busca de soluções para problemas coletivos.
Kooiman	Totalidade de interações em que os atores e órgãos do setor

(2006)	público, bem como os atores do setor privado, participam e almejam resolver problemas sociais; tratam as instituições como contextos das interações administrativas; e estabelecem um fundamento normativo para todas essas atividades.
Streit (2006)	Trata-se da coordenação e articulação do conjunto de instituições, processos e mecanismos, mediante várias formas de parcerias e interações, sociais e políticas, com a participação ativa do governo, para alcançar objetivos coletivos e promover o desenvolvimento da sociedade.
Streit e Klering (2004)	Alcance de objetivos coletivos de uma sociedade, pelo governo, com enfoque na coordenação autônoma, interdependente e responsável de diferentes instituições, redes e atores sociais, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade.
Marini e Martins (2004)	Está centrada na questão administrativa do Estado e em sua capacidade de ação para o alcance de resultados de desenvolvimento, a partir da capacidade das organizações de desempenhar suas tarefas de maneira eficaz, eficiente e sustentável. Essa capacidade – técnica, financeira e gerencial deve ter como elementos estruturais a transparência, a gestão, a legalidade e a responsabilidade. A governança deve compreender o conjunto de instituições, normas e regras que determinam a atuação dos atores políticos e a gestão do aparelho do Estado, de forma a institucionalizar esses elementos estruturais e estabelecer mecanismos formais de incentivo ao comportamento dos atores.
Bresser Pereira (1998)	Capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas.

Desta forma, entendemos a governança pública como um sistema que deve funcionar com a interligação de todos esses pontos, como participação coletiva, parcerias público-

privado, agentes públicos, fomentação de políticas públicas eficazes e eficientes, através de gestão que utilizem ações e mecanismos inovadores e transparentes.

## 2.1. GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O ritmo de mudanças nesses últimos anos, fez-se necessário uma comunicação entre estados, sociedade civil e entes privados. Essa comunicação exige uma postura política diferente para cada ator envolvido nesse processo. O Estado deve adotar a postura do compartilhamento do poder, enquanto da sociedade, impõe-se a abertura para diálogos e ocupação de espaços públicos, assim como também participar de maneira ativa na formulação, implementação e processos decisórios de políticas públicas (ARNS, 2010).

Logo, esse tipo de governança permite uma participação mais pertinente dos atores sociais, em processos decisórios. Ou seja, conceder a população oportunidades de estar presentes em ações governamentais, bem como modificar ou influenciar essas ações torna a gestão democrática.

Paulo Cesar Arns, ainda salienta que a participação social é uma importante etapa na eficácia de programas públicos:

A participação social possibilita aos atores sociais e agentes econômicos incorporarem a sabedoria e o conhecimento popular e empresarial na formulação das respostas e nos mecanismos (meios e modos) de implementação de ações que buscam a resolução de problemas e a melhoria da qualidade de vida do território, bem como valoriza os governos locais como representantes legítimos para liderarem, de forma compartilhada, a governança nos territórios (ARNS, p. 7. 2010).

Ainda sobre a atuação coletiva, esse autor esclarece que a governança democrática necessita de um capital humano e social e uma maior capacidade de entendimento da sociedade civil. Nesta ordem, é fundamental fortalecer o capital humano e social para ter condições de estabelecer processos de negociações e realizar cooperações entres instituições para gerar desenvolvimento local (ARNS, 2010).

Filgueiras (p. 80, 2018) estabelece que a governança democrática funciona como um modelo eficiente de gestão pública:

É o modelo de administração aberto ao público e que dirige serviços e políticas para o cidadão. A governança democrática é o modelo de administração pública que vai além do gerencial e no qual a qualidade dos serviços públicos importa para a cidadania. A governança democrática significa a administração em público, para a qual, além da eficiência e da eficácia, importa a legitimidade da ação estatal, tendo em vista serviços e políticas públicas capazes de promover a equidade e adicionar valor público à ação do Estado (FILGUEIRAS, p.80, 2010).

Notadamente esse modelo oferece desafios na forma de administrar, mas ao mesmo tempo fortalece a qualidade dos serviços públicos, possibilitando a eficácia e eficiência de tais serviços. Ademais, contribui para legitimar a autoridade de órgãos públicos, facilitando ainda a criação de imposições, e programas visando o bem comum (FILGUEIRAS, 2018).

No Brasil, a população tem uma grande dificuldade em legitimar ações, instituições e serviços públicos, isto porque, a grande maioria desses serviços são dotados de ineficácia, ineficiência e inefetividade, ou seja, todavia houve um mau funcionamento da máquina pública. Historicamente essas atuações estão ligadas a falta de profissionalização, capacitação e treinamento de servidores públicos, pela corrupção desapoderada e por modelos de gestão ultrapassados.

Angelis (p.28, 2015) enfatiza que a adoção de procedimentos para envolver cidadãos no governo visa obter mais legitimidade e apoio para as ações, além de obter conhecimentos e informações que o governo não possui.

Neste contexto, Filgueiras (2010), destaca que conceito de governança foi ganhando corpo como mecanismo de crítica ao modelo de gestão da *New Public Management*. A governança democrática aumenta a capacidade da gestão, trazendo o foco, para a criação de espaços, programas e políticas que visem o interesse coletivo.

Segundo a literatura sobre participação popular, alguns mecanismos de participação a nível municipal têm sido mais efetivos que mecanismos criados pela esfera federal, para tentar obter conhecimento coletivo, mesmo que sem o intuito de aplicá-lo no processo decisório (ANGELIS, 2015).

Atualmente a governança pública está atrelada à diversos outros nomes e significações, esses na sua maioria destacam a participação entre as esferas locais, regionais e sociedade civil.

Angelis (p.27, 2015) considera “a governança compartilhada muda a situação da dependência da comunidade com relação ao poder público para uma situação de corresponsabilidade e cidadania no desenvolvimento de ações”.

Apesar deste estudo utilizar o conceito de governança democrática, também é explanada aqui outros termos que também são utilizados para defender a participação coletiva nos processos decisórios e de gestão local, tal como, a governança compartilhada, que é uma forma de unir as ações de poder local com a sociedade, isto é, esses atores atuam em conjunto a fim de melhorar a realidade dos municípios.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local pode ser considerado como um conjunto de práticas culturais, econômicas, políticas e sociais que modificam o ambiente local. Ainda nesse âmbito, essas ações devem ter interação de toda a comunidade, seja da sociedade ou de agentes políticos em diferentes escalas. Deve-se pensar que o desenvolvimento local além de ser um projeto de integração de mercado, também é objeto de natureza política, social e ambiental (MILANI, 2003).

O desenvolvimento local é um importante passo no avanço de municípios e principalmente na construção do capital social, além de tudo, proporciona uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento econômico e oportunidades sociais.

Buarque, (p. 9, 1999) define desenvolvimento local como, “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Também é crucial frisar que esse processo configura uma transformação social no espaço, resultantes de associações da sociedade e que fazendo uso de suas potencialidades e capacidades produz competitividades econômicas, aumentando rendas e formas de riquezas. Não obstante esse processo deve levar em conta também a natureza, ou seja, meios de preservação ambiental.

Ao debater o conceito de governança democrática e sua importância para o desenvolvimento local, ARNS (2010) destaca:

Os processos de apoio ao desenvolvimento territorial têm buscado incorporar os atores locais como sujeitos sociais no aprimoramento da democracia, das instituições e na construção de modos de uso sustentável dos recursos territoriais. A viabilidade dessa perspectiva depende do estabelecimento da governança e de uma nova cultura de Gestão, que poderíamos chamar de “social”, “compartilhada”, “participativa”, “democrática”, baseada numa nova cultura eco-ética-política, que seja vivenciada nas organizações comunitárias, empreendimentos auto gestionários, empresas, governos e nas instâncias de concertação público/privadas (ARNS, p. 7, 2010).

A governança como instrumento de gestão, tem um papel fundamental no processo de desenvolver territórios, isso porque ela permite que a sociedade civil esteja no centro de toda uma política pública voltada para o crescimento social. Isto é, essa ação leva em conta a atuação municipal, federal e coletiva. Colocando-o o cidadão a par de todo o processo de formulação, implementação e avaliação do programa.

Essas ações expressam legitimidade através de recortes e instâncias de concertação que muitas vezes estão ligadas a situações que apresentam níveis desiguais de descentralização



(poder) e desconcentração (recursos) aumentando a autonomia do uso de recursos para o desenvolvimento local (ARNS, 2010).

Para Muls (p. 19, 2008) os programas realizados na instância local têm o objetivo de:

Acolher as demandas econômicas e sociais de um território, papel este que implica no conhecimento da infraestrutura econômica local, em trazer para “dentro” do programa os atores sociais relevantes para a dinamização da economia, articulando e mobilizando os diferentes atores e preparando-os para assumirem as metas do projeto que deu origem ao programa de apoio (MULS, p. 19, 2008).

Compreende-se a partir das citações acima que os programas criados no intuito de fomentar o desenvolvimento de certa região, deve levar em conta as especificidades de cada local, e principalmente, dos indivíduos que ali residem, é necessário que se analise todo contexto social e econômico antes da realização das ações relativas ao programa. Ainda deve proporcionar a participação coletiva antes, durante e após as ações. Esses atores são fundamentais na legitimação de qualquer processo de desenvolvimento.

### **3 GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento no seu âmbito local, regional ou nacional é um importante instrumento no debate mundial sobre governança, este debate deve servir de orientação para a aplicação de recursos financeiros com o intuito de estimular a economia e promover o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a figura do gestor com uma boa capacidade de liderança, confiabilidade, comunicabilidade com o social assim como, também com agentes externos e fazendo uso de ferramentas adequadas e inovadoras de gestão são fatores chaves para uma boa governança, de modo que, essas ações levem a obter investimentos vitais para o desenvolvimento local.

Silva (2013), explica a diferença entre os termos; desenvolvimento e crescimento:

O uso do termo desenvolvimento se tornou uma constante. Ao longo do tempo percebeu-se que o “crescimento” por si só não é capaz de se manter estável. Para que o mesmo ocorra são necessárias ações inovadoras e contínuas que dependem de uma estrutura socioeconômica, produtiva, ambiental, tecnológica, entre outras favoráveis à sua sustentação (SILVA, p.30, 2008).

Dentro de um país, onde nem o regime político é estável torna-se trabalhoso e árduo o processo de combater as desigualdades sociais bem como aquecer as atividades econômicas, mas mesmo com todas essas dificuldades pode-se perceber o empenho por parte de agentes públicos para mudar essa realidade. Sabe-se que o desenvolvimento para de fato, acontecer, requer muito mais que investimentos e poder monetário, ele necessita de capital social, das

ações humanas e de como esses indivíduos vão conseguir participar de forma ativa nos processos decisórios.

Silva (2013), considera que a:

Parceria entre Estado, mercado e sociedade, planejamento participativo, e gestão compartilhada são modos diversos de dizer o mesmo: que o desenvolvimento é um tema que transcende todas as esferas de relacionamento humano e depende do conjunto das relações sociais, não podendo ser determinado apenas pelos interesses específicos e particulares de um ou outro grupo social isoladamente, por mais organizado e “empoderado” que seja (SILVA, p. 31, 2013).

Todavia deixamos claro o que o desenvolvimento local se dá através de ações humanas, mas cabe também salientar que não deve haver nenhum tipo de favorecimento ou capricho por parte de algum grupo social, o que deve acontecer é uma integração do Estado, mercado e sociedade para tentar sanar as dificuldades vivenciadas pela população com fim de encorajar as pessoas na busca da modificação do seu espaço social.

Arns 2010, reforça a importância da governança democrática no desenvolvimento local:

De modo geral, nos processos de apoio ao desenvolvimento territorial, a governança se refere decisões compartilhadas e mecanismos que ampliem a formação cidadã, para que estes ocupem espaços de tomada de decisão e influam como sujeitos sociais na determinação dos rumos do desenvolvimento de seus territórios. Essa perspectiva de governança associa as iniciativas de desenvolvimento territorial ao movimento do “governo participativo” ou da “governança democrática” (ARNS, p. 9, 2010).

A governança é considerada um pré-requisito para se obter um desenvolvimento local, ela envolve pressupostos básicos como; representatividade, inclusão, envolvimento de atores e gestão transparente.

São os municípios os principais articuladores de desenvolvimento local, pois é nessa instância que são elaborados o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual, além de canalizar recursos para as áreas consideradas prioritárias.

#### **4. METODOLOGIA**

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória descritiva. A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises da compreensão do fenômeno, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (VIERA; ZOUAIN, 2006; BARDIN, 2011). Ainda quanto a abordagem ela inclui o recolhimento de dados descritivos

diretamente pelo pesquisador em contato com o cenário estudado, pretendendo alcançar o entendimento conforme a ótica dos sujeitos.

Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007). O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo (PEROVANO, 2014).

Pesquisas exploratórias têm a função de apresentar uma visão geral sobre determinado fato, sendo implantadas especificamente quando o objeto selecionado é pouco investigado. Requer levantamento bibliográfico, entrevistas com indivíduos que possuem contato direto com o problema pesquisado e exploração de hipóteses que ajudem a compreensão, “no contexto da abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória pode ser recurso metodológico potencializador da definição e problematização do objeto de estudo.” (OLIVEIRA JR; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON. 2012, p. 207).

Deste modo, considera-se este estudo como exploratório pois, ainda que a governança seja um tema bastante notório no campo de públicas, as investigações que cercam esse tema ainda são relativamente insuficientes, especialmente envolvendo a governança democrática e desenvolvimento local. Torna-se descritiva pois busca identificar, descrever e analisar criticamente as ações de governança no fomento de programas que visam práticas coletivas para estimular um desenvolvimento socioeconômico local.

Quanto ao procedimento, define-se esta pesquisa como estudo de caso, porque envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2006).

Nesta pesquisa, utilizou-se levantamento bibliográfico mediante análise e interpretação da literatura relacionada ao assunto, estabelecida a partir de livros, manuais, dissertações, artigos de revistas, sites de internet especializados, entre outros. Além disso, também foi empregada como técnica de coleta de dados uma entrevista estruturada com pessoas chaves na gestão do programa Dialogando com o Povo, logo, objetiva entender toda a execução realizada no período que se concretizou, e se é possível estabelecer que houve desenvolvimento local a partir da implantação do Programa Dialogando com Povo no município de Monteiro, Paraíba.

Como sujeitos da pesquisa, entrevistou-se: a Coordenadora Geral do Programa Dialogando com Povo (Sujeito 1); a Secretária de Desenvolvimento Social (Sujeito 2); e o Presidente da Câmara (Sujeito 3).

## 5 A CIDADE ESTUDADA E O PROGRAMA DIALOGANDO COM O POVO

O Município de Monteiro-PB, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental ao sul do Estado da Paraíba. É classificado pelo PNUD como tendo um índice médio de desenvolvimento humano. Dados do IBGE de 2010 indicam que a população é de 30.852 habitantes. Em relatórios, o Ideme destaca que em relação aos 223 outros municípios de Paraíba, Monteiro ocupa a 19ª posição, na evolução do IDH.

**Figura 1** - Localização do Município de Monteiro na Microrregião do Cariri Ocidental no Estado da Paraíba.



Fonte: (<http://www.sec.pb.gov.br/caminhos/#>)

A renda per capita média de Monteiro cresceu 201,16% nas últimas duas décadas, passando de R\$130,18 em 1991 para R\$224,67 em 2000 e R\$392,05 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 72,58% no primeiro período e 74,50% no segundo. A extrema pobreza passou de 46,21% em 1991 para 13,46% em 2010.

A desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2000 e para 0,57 em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 59,69% em 2000 para 59,92% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 11,64% em 2000 para 4,64% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 36,70% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 4,54% na indústria de transformação, 6,50% no setor de construção, 0,69% nos setores de utilidade pública, 14,81% no comércio e 34,54% no setor de serviços.

Ainda nessa seção serão verificados os programas ou ações existentes para impulsionamento de um processo de desenvolvimento local. Apresenta-se aqui uma teoria fundada na fomentação de um programa em especial de participação coletiva.

## 5.1 O PROGRAMA DIALOGANDO COM O POVO

O programa de participação social, Dialogando com o Povo foi criado para dar voz a população, ele visa a solução dos problemas das comunidades, que por sua vez, são apontadas pelos próprios moradores. O programa que foi criado no início de 2019, tem como função inicial levar as equipes de governo às comunidades rurais, para dessa forma atender aos anseios das comunidades rurais que tendem a ter menos contato com a gestão.

A cada quinze dias secretários municipais, diretores e coordenadores, juntamente com os vereadores, comparecem em comunidades rurais para ouvir os pleitos dos munícipes, conforme as demandas são apresentadas, algumas delas já são prontamente atendidas ou sinalizadas para pronto atendimento, e as demais ganham um prazo de até quinze dias para que sejam resolvidas.

Conforme a demanda, cada pedido é de imediato coletado por cada secretaria que informa como e quando será solucionado. Esta importante parceria entre a Prefeitura, Câmara de Vereadores e população tem rendido grandes frutos, deixando as comunidades com total abertura para o diálogo.

Ao longo dos meses, foram realizadas as plenárias com a participação de mais de 900 pessoas das comunidades rurais; Lagoa Grande de Cima, Garapa, Ipueira Funda, Jabitacá, Samambaia, Tamboril, Cacimba de Cima, Limpo Branco, Camaleão, Extrema, Riacho Verde, sítio do Meio, Santana, Boa Esperança, Pau Ferro, Santa Catarina. Por se tratar de regiões rurais as principais demandas da população são; recuperação de estradas, construção de cisternas,

incentivo a agricultura familiar, implantação de dessanilizadores entre outros. Todos os dados foram fornecidos pela Prefeitura Municipal de Monteiro.

## 6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Em quase todas as ações denominadas Desenvolvimento local e territorial, governança é parte de todo um processo de construção social, dessa forma ao provocar o acontecimento da governança, são criadas condições para que valores, práticas e comportamentos sejam questionados, abrindo espaço para o novo. Essas iniciativas caracterizam-se em duplos processos de aprendizagem: tanto para os coordenadores dos programas e políticas como para as pessoas envolvidas e beneficiadas (ARNS, 2010).

**Quadro 2** - Elaborado pelo autor a partir das entrevistas (2019).

	<b>Sujeito 1</b>	<b>Sujeito 2</b>	<b>Sujeito 3</b>
<b>Importância da Participação Social</b>	“É de grande importância, sou agricultora, acredito no associativismo, sou fundadora de várias associações, então participação social é envolver a sociedade nas políticas públicas, é ouvir as pessoas”.	“Levar os programas sociais para dentro da zona rural, é uma forma do morador da comunidade rural ter acesso ao gestor da cidade e fazer seus pedidos e agradecimentos”.	“A gestão como um todo, e o papel dos vereadores são um passo importante para ouvir a população, logo são os primeiros a ser procurados por eles”.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados mostram que a equipe responsável pelo programa sabe da importância de criar mecanismos de participação popular e que tais mecanismos contribuem para o desenvolvimento local. Arns (2010, p.7) reforça a importância da participação social no trecho:

Possibilita aos atores sociais e agentes econômicos incorporarem a sabedoria e o conhecimento popular e empresarial na formulação das respostas e nos mecanismos (meios e modos) de implementação de ações que buscam a resolução de problemas e a melhoria da qualidade de vida do território, bem como valoriza os governos locais como representantes legítimos para liderarem, de forma compartilhada, a governança nos territórios.

Os autores salientam que depois dessa iniciativa a comunidade passou a abraçar e solicitar mais plenárias nas zonas rurais, e também se sentiram no direito de fazer reivindicações e agradecimentos. Ainda se sentiram acolhidos, como parte da gestão, vendo suas necessidades sendo ouvidas por secretários e gestores.

Quadro 3

	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3
<b>Maiores demandas</b>	“Todas as plenárias até o momento foram realizadas na zona rural, a maior demanda é de recursos hídricos, pela questão da região, do semiárido. As demandas já realizadas estão em torno de 70 %”.	“Todos os secretários estão envolvidos e os pedidos são diretamente direcionados a eles, falando pela assistência social, um dos maiores pedidos é a questão de cursos profissionalizantes. E no geral a questão da água”.	“A questão de abastecimento de água, através de poços artesianos, carros pipa, cisternas, estradas, questão de iluminação pública e o poder executivo tem feito projetos, requerimento e tem atuado nessa área”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas.

Tais técnicas descritas pela equipe dizem respeito à participação social na gestão relacional, instrumento de governança, que possui não apenas um enfoque social, mas sim no modo de governar. As técnicas fazem dela uma forma de dar eficácia ao desenvolvimento humano, transformando métodos, renovando a gestão nas relações sociais (CAMARGO, 2016). Todavia, colocar em prática essas demandas requer um bom funcionamento do ambiente institucional, uma equipe comprometida com o alcance dos objetivos e sobretudo, com responsividade promovendo assim *accountability*.

Outro fator central é a indispensável existência de mecanismos de responsabilização, sem os quais, os problemas na execução e/ou impasses e conflitos que não tenham adequada solução tendem a se avolumar, inviabilizando o projeto. A contratualização é imprescindível, estabelecendo finalidades, papéis e resultados esperados de cada um dos atores, objetivos e metas quantificadas, com avaliações periódicas do desempenho e da cobertura (CAMPINAS, 2012). Logo, a realização dessas demandas sociais contribui para a legitimação do governo, além de gerar impacto positivos na realidade local.

Quadro 4

	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3
<b>Resultados esperados</b>	<p>“A gestão se inspirou no orçamento democrático, que na paraíba está dando muito certo. Esperamos identificar os problemas, otimizar os recursos, deixar propostas pré-aprovadas. Ouvir mesmo as pessoas, a questão da humanização da gestão”.</p>	<p>“A gestão espera atender as necessidades da zona rural, sabendo das dificuldades deles e sua realidade”.</p>	<p>“A gente espera que a população participe cada vez mais, porque é uma forma, uma maneira do poder público está junto das comunidades, porque a prefeitura vai com toda sua equipe apta a ouvir as reivindicações da população”.</p>

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas.

A descentralização providencia uma oportunidade a desenvolver e fortalecer a governação local, desde que os governos locais de descentralização ganhem a autoridade, os recursos e as capacidades a melhor responderem às necessidades dos cidadãos e operarem efetivamente e responsabilmente. Permite no domínio da autonomia local, o aprofundamento da democracia local, permitindo que diferentes segmentos da sociedade participem na agenda da governação e do desenvolvimento local (MASSUANGANHE; CORRALO, 2014).

O debate de incluir a participação popular nas políticas públicas é sem dúvidas uma ferramenta chave no fomento ao desenvolvimento local, pois é no âmbito municipal que pode-se observar realmente as carências da população e sabendo disso o município abre vários espaços para a inclusão social, além desse programa, existe também outros que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades carentes.

Eles ainda afirmam que cerca de 70% das demandas solicitadas já foram realizadas, e algumas demandas que requer mais recursos, ou parcerias entre governo estadual/ federal essas são encaminhadas para os setores responsáveis, e a comunidade pode acompanhar o andamento da demanda.



Quadro 5

	<b>Sujeito 1</b>	<b>Sujeito 2</b>	<b>Sujeito 3</b>
<b>Impactos Econômico/Social</b>	“Nas ações não só dessa gestão mais de outras também, Monteiro tem alcançados índices importantes, principalmente na educação, na saúde. Podemos perceber que houve feedback positivo, a sociedade se sente mais acolhida, como parte importante”.	“Até agora temos bons resultados desse programa”.	“Em se tratando de impacto a câmara tem a LOA, LDO, temos sempre audiência pública, convocando sempre os secretários para fazer a análise dos índices do nosso município, temos tido a participação do o IBGE que realizará um censo no ano de 2020”.

.Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas.

Cabe as administrações locais legitimarem o território como atores importantes na definição das linhas políticas para o desenvolvimento da economia, meio ambiente e bem-estar social. O território passa a ser um mecanismo importante de autolegitimação das administrações locais e mecanismo de barganhar maior descentralização de poder e recursos frente às administrações centrais (ARNS, 2010).

Diante da insuficiência do Estado na promoção de políticas públicas que possam suprir camadas sociais vulneráveis e promover estruturas econômicas e sociais de bem-estar, o poder local ao realizar tais ações surge como uma outra estratégia de governança que procura aproximar profissionais de diferentes setores aos cidadãos.

Conforme analisado acima. Apesar da existência destas diversas nuances, este trabalho será focalizado na discussão envolvendo práticas descentralizadoras, o engajamento e a participação da sociedade civil, a focalização em vocações locais (principalmente em arranjo produtivos locais) e na promoção e avaliação do desenvolvimento econômico local, entre outras (CKAGNAZAROFF, PEREIRA ET AL, 2008).

Os programas de apoio são um poderoso mecanismo catalisador de questões econômicas e sociais de um território, implicando o dever de ter conhecimento da infraestrutura local, de conseguir conduzir os atores sociais relevantes para o processo, articulando-os, mobilizando-os para assumirem as ações do programa.

Sem dúvida, esses atores políticos têm um papel relevante na promoção do desenvolvimento local, mas isso não significa que suas ações sejam suficientes. Utilizando

como parâmetro o programa de apoio e seus respectivos dados, pode-se dizer que a experiência do programa Dialogando com o Povo, é uma alternativa bem-sucedida, porém, reproduz em menor escala o desenvolvimento social. O programa introduziu novos valores nas relações sociais, permitindo um compartilhamento de resultados, através do capital social.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desse estudo, buscamos compreender a definição de governança pública e suas subdivisões, no qual, se dá pela integração da sociedade civil e estado possibilitando uma forma compartilhada de poder, onde a sociedade busca resolver problemas referentes as questões sociais e um melhoramento na qualidade de vida.

A governança pública tendo como um dos seus vários eixos a governança democrática que tem como premissa, a participação social e a integração entre diferentes instâncias de governo marcam a linha tênue da administração pública mundial. Levando em conta o objetivo deste artigo de compreender os mecanismos de participação social como arranjo da governança e desenvolvimento local, busca-se respostas analisando um programa específico, o dialogando com o povo, que foi criado para dar voz a população, visa a solução dos problemas das comunidades, que por sua vez, são apontados pelos próprios moradores. O programa que foi criado no início de 2019, tem como função inicial levar as equipes de governo as zonas rurais, para dessa forma atender aos anseios dessas comunidades que tendem a ter menos contato com a gestão.

A participação da sociedade nos processos decisórios, em que possuem como matéria direitos sociais que se efetivam por meio de políticas públicas, é a forma de realizar a governança democrática, requerendo-se do Estado uma maior flexibilidade, descentralizando funções e ampliando o número de participantes, fortalecendo assim o governo local (CAMARGO, 2016).

Diante dos dados apresentados, torna-se indispensável o desenvolvimento de programas e ações focada na governança democrática, e com a pesquisa verifica-se que essas ações promovem enfrentamento das desigualdades sociais e a fomentação de uma melhor qualidade de vida nos municípios; além de incentivar a participação coletiva nos processos decisórios.

Notou-se também no decorrer da pesquisa que existe sim, outros programas além do citado que visam transformar a realidade social de comunidades carentes, obstante a isso verificou-se o fato de existir poucos procedimentos capazes de mensurar melhor o impacto causado pelos programas já em exercício.

## REFERÊNCIAS

ANGELIS, Cristiano Trindade. **A Emergência da Reforma do Estado Brasileiro: A Governança Compartilhada e o Modelo do Novo Serviço Público.** Planejamento e políticas públicas, [s. l.], ed. 45, p. 14-46, 2015.

ARNS, Paulo Cesar. **Governança Democrática E Desenvolvimento Territorial: Avanços e Limites das Iniciativas Brasileiras.** Programa Consórcios de Segurança Alimentar Local: CONSAD, Santa Catarina, p. 01-24, 2010.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERLE, A.; Means, G. **The modern corporation and private property.** New York: MacMillan, 1932.

BEVIR, Mark. **Governança democrática: uma genealogia.** In: Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 19, p. 103-114. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a08v19n39.pdf> Acesso em: 02 de nov. 2019.

BUARQUE, SERGIO C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA, BRASILIA, p. 1-104, 1999. Disponível em: <https://georgenunes.files.wordpress.com/2015/04/metodologia-de-planejamento-do-desenvolvimento-local-e-municipal-sustentavel.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

CAMARGO, Daniela Arguilar. **Reflexões Sobre Governança Democrática no Poder Local: A Arte de Governar Compartilhada Entre Estado e Sociedade.** XII Seminário Nacional De Demandas Sociais E Políticas Públicas Na Sociedade Contemporânea, Paraná, P. 01-16, 2016.

CAMPINAS, Christian Julianus. **Autonomia E Governança Nos Municípios: O Tribunal de Contas como Indutor e Orientador de Reformas na Gestão Municipal.** Orientador: Fernando Coelho. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 50. Disponível em: [https://www4.tce.sp.gov.br/ecp/sites/default/files/christian\\_julianus\\_campinas.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/ecp/sites/default/files/christian_julianus_campinas.pdf) . Acesso em: 28 nov. 2019.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck et al. **A Governança em Planejamento e Desenvolvimento Local: Uma Análise Teórica.** Revista de C. Humanas, Minas Gerais, v. 8, ed. 2, p. 171-191, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. Revista De Administração Pública: RAP. **Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil,** RIO DE JANEIRO, p.

71-88, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003476122018000100071&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122018000100071&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 18 out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social** (5a. ed.). São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, A. **O Conceito de Governança**. In: Congresso Nacional do Conpedi. 14. Fortaleza, CE. Anais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p.197-198. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus///arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

GUY, Peters. Political Institutions, Old and New, In GOODIN R. E. and KLINGEMANN, H. D. **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

HOOD, Christopher. **The New Public Management in the 1980s Variations on A Theme**. Accounting Organizations and Society, Vol. 20, No. 2/3, pp. 93-109, 1995. Ekvier Science Ltd. Great Britain. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.464.4899&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

MATIAS, Pereira José. **A Governança Corporativa Aplicada No Setor Público Brasileiro**. Administração Pública E Gestão Social, Viçosa, v. 2, ed. 1, p. 110-135, 2010.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: IV Conferência Regional, San José, Costa Rica. 8-10 de outubro, 2003. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/carlosmilanip.pdf>. Acesso em 20 de out. de 2019.

MULS, Leonardo Marco. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais**. Revista Economia, BRASILIA, v. 9, ed. 1, p. 1-21, 2008. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1\\_21.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

PETERS, Brainard Guy. Revista do TCU. **O Que é Governança?** Rio De Janeiro, ed. 127, p. 28-33, 1 maio 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87>. Acesso em: 22 out. 2019.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Guia Da Política De Governança Pública**. Brasília: Casa Civil Da Presidência Da República, 2018. 86 P.

SILVA, Rosiene G. N; SILVA, Maria Danille, O. P. **Governança Pública Municipal e Indicadores Socioeconômicos: analisando a qualidade da governança dos municípios brasileiros**. 2019.

SILVA, Ariadne da. **Consórcios Intermunicipais, Governança e Desenvolvimento**. Orientador: Jorge Antônio Santos Silva. 2013. 45 p. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão Pública.) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, 2013.

SARTORI, Rejane. **Governança em Agentes de Fomento dos Sistemas Regionais de Ct&I**. In: Sartori, Rejane. Governança Em Agentes De Fomento Dos Sistemas Regionais De Ct&I. Orientador: Roberto Pacheco. 2011. Tese (Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 238. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94941>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, C.R.; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON, J.A. **Pesquisa exploratória: concepção e percurso metodológico**. In: BOURGUIGNON, J.A; OLIVEIRA JUNIOR, C.R. Pesquisa em Ciências Sociais: Interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012. 195 – 209

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica**. Paraná: Editora Juruá, 2014.

WORLD BANK. **Template for Country Assessment of Corporate Governance**. 2007. Disponível em: [http://www.worldbank.org/ifa/CG\\_template.pdf](http://www.worldbank.org/ifa/CG_template.pdf). Acesso em: 29 nov. 2019.

APÊNDICE A

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA-UAGESP  
CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO**

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário, em uma pesquisa vinculada ao Curso Superior em Tecnologia de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande, Campus do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, Unidade Acadêmica de Gestão Pública – UAGESP. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, caso aceite participar da pesquisa, assine ao final deste documento, que está em duas vias.

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, Liliane da Rocha Alves Tavares, estudante de graduação, estou desenvolvendo uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso, com o título: “GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PARAÍBA” como item obrigatório para a conclusão do curso, e necessito do seu consentimento para que eu realize a pesquisa. Por isso, esclareço que:

- A pesquisa tem orientação do Prof. Alex Bruno F. M. do Nascimento ([alex.bruno@ufcg.edu.br](mailto:alex.bruno@ufcg.edu.br));
- Você, enquanto voluntário, tem o direito de se recusar a participar da pesquisa ou interrompê-la a qualquer momento sem prejuízos ou penalização para você e para o pesquisador;
- Será garantido que os resultados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro, nem tampouco dano físico ou constrangimento para os entrevistados nessa pesquisa;
- Ao final, todos os resultados dessa pesquisa ficarão à disposição do entrevistado, que deverá solicitar com antecedência;
- Declaro ter conhecimento dos fatos acima citados e concordo em colaborar com esta Pesquisa.

Sumé \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Entrevistado

APÊNDICE B  
ROTEIRO DE ENTREVISTA



## ENTREVISTA

1. O que é participação social pra você e sua importância na formação de uma gestão democrática?
2. Quais são as maiores demandas da população? E dentre elas, quais já foram realizadas?
3. O que vocês esperam com a realização de um programa como esse?
4. É possível perceber o engajamento da população em fazer parte ou dar sua contribuição para o programa?
5. Os resultados obtidos até então, estão entre os esperados?
6. Além do Programa Dialogando com o Povo, existe outro projeto que vise a participação social?
7. Vocês possuem plano de metas e indicadores para avaliar o impacto econômico social/ambiental de suas ações no município?